

POLÍTICA FLORESTAL INTEGRADA

Garo Batmanian

A retomada de uma tendência ascendente da destruição das florestas, evidenciada pelos números divulgados quarta-feira da semana passada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), demonstra que o governo fracassou no controle do desmatamento, com consequências alarmantes para o Brasil. Depois de uma primeira queda registrada em 1997, quando foram desmatados 13,227k² em todo o país, em 1998 o número estimado pelo Inpe é de 16.838km². Só no primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso foram desmatados 77.285km² da Amazônia, o que equivale a quatorze vezes a área do Distrito Federal. Isso significa que as medidas contra a destruição das florestas anunciadas pelo governo foram inócuas, seja porque ficaram no papel, seja porque efetivadas de forma incompleta ou tardia, seja ainda porque foram anuladas por outras medidas setoriais contrárias. Medidas ambientais contraditórias foram, na verdade, a marca dos últimos quatro anos.

O segundo governo FHC começou de modo mais promissor com a indicação do deputado federal José Sarney Filho para o Ministério do Meio Ambiente e a intenção expressa de reformular o Ibama. Sarney Filho vem acompanhando a questão ambiental há anos e tem bom trânsito no Legislativo e no Executivo. O que se espera do ministro Sarney e do governo é um tratamento moderno da questão ambiental.

Em primeiro lugar, no âmbito sob a responsabilidade direta do Ministério do Meio Ambiente, os programas centrados apenas em controle e punição ou em limpeza e reabilitação já estão ultrapassados e não atendem à realidade brasileira (áreas imensas, de difícil acesso e com poucos fiscais). É necessário adotar, também, mais ações propositivas que estimulem a utilização dos recursos naturais de forma ecologicamente correta, socialmente justa e economicamente viável, ou ainda que promovam ações de prevenção dos problemas ambientais.

Em segundo lugar, o meio ambiente tem que ser entendido como fator que permeia todas as áreas de atuação e, como tal, deve estar inserido nos diferentes programas de governo. Do contrário, ações contraditórias resultarão num desperdício de investimentos, com prejuízos ainda maiores para o país, além de resultados nulos em termos de conservação ambiental, como no caso do desmatamento da Amazônia.

A adoção de uma política florestal integrada é o primeiro desafio do ministro Sarney, que deverá adotar ações complementares efetivas e estabelecidas em conjunto com a sociedade. Para o WWF, essas medidas devem incluir a integração das políticas setoriais do go-



verno, como a política agrícola, de transportes e de energia, passando pela reforma agrária, com as ações e políticas de meio ambiente, criando programas eficazes de desenvolvimento que gerem renda sem degradar o meio ambiente.

Por exemplo, não adianta o Ministério do Meio Ambiente combater o desmatamento da Amazônia ao mesmo tempo que, dos 55.400km² utilizados para assentamentos no primeiro governo FHC, 76% ficam em florestas na Amazônia. Como o pequeno proprietário tem permissão

para desmatar 50% de sua propriedade, isso significa que foi autorizado o desmatamento de 23.700km². No entanto, segundo o próprio governo, existem mais de 185.000k² de áreas desmatadas e abandonadas na Amazônia. Bastaria que o governo considerasse a questão ambiental no seu planejamento e priorizasse a ocupação das áreas já desmatadas para que a reforma agrária deixasse de ser feita às expensas do meio ambiente.

Em terceiro lugar, é preciso ampliar o número e rever a situação

dos parques nacionais e outras reservas que hoje estão abandonados e não cumprem seu papel de conservação ambiental, definindo uma política bem mais ampla do que a simples promoção do turismo nas unidades que permitem visitação. Existe um acerto para promover a exploração turística dos parques, mas nada foi previsto, durante o processo, para garantir a preservação da natureza, objetivo maior dos parques.

■ Garo Batmanian é diretor executivo do World Wide Fund for Nature (WWF)